OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BAIANA
MINICURSO PROFERIDO NO III COLÓQUIO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB – NOV. 2003

Antonietta d´Aguiar Nunes
Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia
Professora de História da Educação - FACED/UFBa

Introdução

Comecemos por conceituar o que entendemos por arquivo. Palavra polissêmica, pode ter múltiplos sentidos, mas sobretudo dois nos interessam para o presente estudo.

ARQUIVO = 1. Conjunto de documentos, qualquer que seja sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, um organismo público ou privado, no exercício de suas atividades e conservados, seja por um período determinado ou de modo permanente, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a adjetivação respectiva: arquivos documentais (papel), audiovisuais, cartográficos, cinematográficos, fotográficos, iconográficos, informáticos, e assim por diante.

2. Organismo, instituição ou entidade administrativa encarregada de controlar e conservar os arquivos, correntes e intermediários, recolher, conservar, classificar, inventariar e comunicar os arquivo permanentes. De acordo com o tipo e freqüência de uso dos documentos, os arquivos podem ser denominados de correntes, intermediários e permanentes e , segundo a propriedade e responsabilidade de manutenção, os arquivos podem ser públicos ou privados, federais, estaduais ou municipais, diplomáticos, militares, pessoais, empresariais, industriais, bancários, hospitalares, eclesiásticos, paroquiais, de irmandades, de empresas, de famílias, etc. (NUNES,1990,verbete Arquivo)

Ao arquivo como instituição cabe muitas vezes formar o seu acervo (outro sentido da palavra arquivo). Para isto é necessário localizar os documentos de interesse, coleta-los, identifica-los; arranja-los segundo um plano de classificação, descrever sua organização através de guias, inventários, catálogos e depois divulgar esse material para que possa ser acessado por todos os interessados.

O grupo HISTEDBR da Unicamp, S.P. está realizando um projeto de Levantamento e Catalogação das Fontes primárias e secundárias para a História da Educação Brasileira, que é um projeto permanente e que deve contar com a colaboração de todos os estados, regiões, cidades, que tenham pesquisadores em História da Educação.

Quando estudamos a História da Educação no Brasil devemos de fato começar com a educação do primitivo dono da terra, os grupos indígenas que aqui viviam quando os portugueses chegaram e se apossaram do lugar.

Depois só viemos a ter algum tipo de instrução formal com a chegada dos primeiros seis jesuítas em 1549, com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, a quem ajudaram a construir Salvador. Antes mesmo de pronta a capital do Estado do Brasil, estando todos ainda alojados na vila do Pereira (capitão donatário Francisco Pereira Coutinho, que para aqui viera em 1535, mas falecera em 1546), o irmão Vicente Rodrigues já abrira uma escola de ler e escrever para os filhos dos colonos.

Depois os jesuítas instituíram escolas nas aldeias administradas, ou missões indígenas, e colégios nas principais cidades (Salvador, Piratininga, depois Rio de Janeiro, etc.). A Coroa Portuguesa deixou a cargo dos jesuítas toda a instrução na América Portuguesa e eles de fato dominaram a educação em nossa terra até que foram expulsos em 1759 por determinação de d. José II, déspota esclarecido que tinha Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, como seu poderoso ministro.

Em 1772 Pombal criou o subsídio literário e as Aulas Régias, com professores pagos pelo erário régio, as quais poderiam ser: de primeiras letras ou elementares; de Gramática Latina (nível intermediário, equivalente talvez hoje à 5ª a 8ª séries do ensino fundamental) e Aulas maiores, de nível secundário, que também preparavam os alunos para ingresso em cursos de nível superior na Europa, vez que apenas com a vinda da família real para o Brasil passamos a ter cursos de nível superior em nosso país.

<u>Arquivos para a História da Educação brasileira / baiana</u>

As **instituições-arquivo** de que podemos lançar mão para fazer pesquisas para a História do Brasil são várias, algumas delas mais importantes para períodos específicos da nossa história:

Para a educação indígena: ANAÍ; Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBa

Para as Capitanias hereditárias: Arquivo da Torre do Tombo; Arquivo do Conselho Ultramarino; Arquivo da Cúria arquidioesana, para freguesias;

Sobre a Fundação de Salvador e o séc. XVI: Arquivo do Mosteiro de São Bento; Arquivo do convento franciscano; Arquivo municipal de Salvador; Arquivo dos jesuítas em Roma.

A respeito da Bahia e suas capitanias no séc. XVII: Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado da Bahia; Arquivo Arquidiocesano da Bahia; Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Sobre a Bahia nos sécs. XVIII, XIX e XX: Arquivo da Torre do Tombo; Arquivo do Conselho Ultramarino; Arquivo Público do Estado; Arquivo Municipal de Salvador; Arquivos Municipais (Cachoeira, Santo Amaro, S. Francisco do Conde, Ilhéus, Porto Seguro, Maragogipe, Itaparica, e os existentes em outras cidades baianas); Arquivo Arquidiocesano da Bahia; Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Arquivo do Mosteiro de São Bento em Salvador; Arquivo do Convento dos Franciscanos em Salvador; Arquivo das irmandades religiosas: Ordens Terceiras de S. Francisco, do Carmo, de S. Domingos; Irmandade da Conceição da Praia, do Sr. do Bonfim, Rosário dos Pretos e de outras igrejas.

Quanto ao **acervo documental** em que podemos pesquisar para estudar a História da Educação na Bahia, temos:

A legislação em seus vários níveis: geral (do Reino ou do Império, mas valendo para todas as capitanias depois províncias; hoje federal, valendo para todos os estados); provinciais a partir do Ato Adicional de 1834 que criou as Assembléias Legislativas Provinciais com a incumbência, entre outras, de cuidar da instrução de nível primário e secundário nas respectivas províncias; e municipais, mas estas só depois da Constituição de 1988, que permitiu aos municípios constituírem seus sistemas próprios de ensino. Até a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, as leis que regiam o ensino eram sempre do Reino ou do Império, gerais, portanto; as Câmaras Municipais interferiam no máximo para indicar esta ou aquela pessoa para ser nomeada professor régio, que o rei poderia ou não acatar. Do momento em que as Assembléias Provinciais começaram a funcionar em diante, cada província passou a elaborar sua própria legislação sobre instrução pública, organizando e pondo em funcionamento seus sistemas provinciais de ensino. Com a proclamação da República, tivemos uma Constituição Federal que deveria ser seguida pelas estaduais, mas a autonomia dos estados para legislar sobre seu sistema de ensino foi reforçada e cada estado determinava como deveria ser a instrução em toda a extensão de seu território. As Câmaras Municipais não legislavam a respeito.

Pode-se encontrar algum material escrito por professores ou administradores régios: relatórios, as cartas de Luiz dos Santos Vilhena, professor régio de grego em Salvador, relatos de

viajantes estrangeiros, que nos dão preciosas informações de como estava o ensino na Bahia no período em que escreveram.

Os arquivos privados de instituições religiosas ou particulares (conventos, ordens terceiras, irmandades, empresas ou firmas, políticos de destaque, etc) podem também conter informações sobre educação.

Mais recentemente os arquivos das organizações não governamentais (ONGs) que se dedicam a afazeres educativos podem ser também importante fonte de pesquisa.

As Falas dos Presidentes de Província e as Mensagens que os Governadores de Estado são obrigados a apresentar anualmente à Assembléia Legislativa no início dos seus trabalhos a cada ano, relatando o ocorrido em sua administração no ano anterior, são igualmente preciosas fontes de informação.

Os Relatórios dos Diretores de Instrução Pública (o primeiro cargo de Diretor Geral de Estudos brasileiro foi criado no Rio de Janeiro por d. João em 15 de março de 1816, sendo nomeado o baiano visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. Mais tarde, a Resolução nº 378 da Assembléia Legislativa Provincial, datada de 19 de novembro de 1849, criou o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Bahia, tendo sido nomeado como primeiro diretor Casimiro de Sena Madureira), e, a partir de 1935, os Relatórios dos Secretários de Estado de Educação constituem-se igualmente em importantes fontes.

As estatísticas oficiais (IBGE, MEC, SEI da SEPLANTEC para a Bahia) sobre população, por faixa etária quando possível, analfabetismo, escolaridade, média de anos de estudo, etc. são muito importantes.

As notícias que saem nos vários jornais sobre questões de Educação, os artigos nas revistas especializadas ou não em educação, enfim, notícias veiculadas pela *mídia* se constituem em válido material e bastante informativo.

Igualmente significativo é se conseguir biografias dos educadores do lugar e das realizações dos administradores educacionais (secretários de Educação municipais e estaduais).

Os arquivos escolares propriamente ditos. As instituições de ensino certamente possuem sua ata de instalação, primeiros estatutos e regimento interno, autorizações legais necessárias para o seu devido funcionamento, cadernetas escolares dos professores, registro de eventos (exposições, seminários, palestras), fotografias várias, inclusive de formatura, alunos em aula, etc. E ainda o material de secretaria com matrículas de alunos, notas, os históricos escolares dos

alunos, registro dos professores que deram aulas no estabelecimento, disciplinas que lecionaram, programas de cursos, etc. É um material que precisa ser conservado por longos anos devido à necessidade de fornecimento de certificados para os alunos e ex-alunos, ou de tempo de serviço para professores e alguns estabelecimentos são bastante cuidadosos com seu arquivo documental, embora a maior parte deles muitas vezes não se preocupa muito com a sua adequada organização e preservação.

Não esquecer também da literatura: romancistas locais contam como foi sua infância, sua escolarização, a impressão que tinham de professores, diretores, a influência que a escola tinha naquela sociedade, etc. São informações utilíssimas para o estudo do cotidiano escolar.

História Oral

A história oral tem sido bastante usada recentemente para levantamento de informações e complementação de dados obtidos através de pesquisas tradicionais em fontes escritas.

Ela é particularmente importante em primeiro lugar como um método de pesquisa propriamente dito, em que se realizam entrevistas, compõem-se histórias de vida, registram-se diálogos, discursos, palestras.

Transcritas, estas entrevistas, palestras, histórias de vida e diálogos formam documentos que, depois de submetidos à aprovação dos entrevistados, podem se transformar em registros permanentes e conseqüentemente fonte de consultas para pesquisadores e estudiosos.

Existe ainda a possibilidade de reunir parte ou totalidade deste material registrado a partir da oralidade em Banco de Dados magnéticos, aberto à consulta por meios eletrônicos.

O acervo propiciado pela História Oral é, de início, um acervo a ser construído; é necessário existir um programa com projetos e/ou subprojetos, para que se vão fazendo as entrevistas ou registros necessários para se formar um Banco de Dados significativo sobre o assunto que se pretende pesquisar e documentar.

Para a História da Educação, por exemplo, podemos formar um arquivo com entrevistas a antigos professores, diretores de escolas, administradores, secretários estaduais e municipais de educação, funcionários de escola (as secretárias são preciosas detentoras de informações estratégicas sobre a instituição escolar, bedéis, porteiros, cantineiras têm sempre pitorescas estórias para contar), e mesmo alunos que narram a impressão que tinham da escola, como sentiam as suas exigências, como viviam o currículo que aí seguiram, etc.

Acervo magnético

Com a crescente difusão das novas tecnologias, seu barateamento e ampliação de uso, não podemos deixar de considerar todo o acervo documental que se encontra em meios apenas magnéticos ou eletrônicos. Existem várias revistas que são editadas exclusivamente *on line* mas que apresentam artigos interessantíssimos, e que conviria registrar em CDs para melhor armazenamento e garantia de possibilidade de acesso por mais tempo.

Existem inúmeros Bancos de Dados formados por instituições científicas de valor e postos à disposição dos interessados, que podem ser acessados gratuitamente ou mediante o pagamento de alguma contribuição, em geral usada para a manutenção, expansão e ampliação dos próprios Bancos de Dados. Certamente há também os Bancos de Dados comerciais, criados e divulgados com fins lucrativos que, segundo o que estejamos estudando, poderão ou não ser acessados.

Nos Cursos de Pós graduação de muitas universidades, várias disciplinas mantêm um diálogo entre professores e alunos e de alunos entre si através de grupos de estudos *on line*, que inclusive produzem textos coletivos, desenvolvem interessantes discussões que muitas vezes ajudam a avançar as discussões teóricas ou fornecem pistas de como operacionalizar conceitos, ou aplicar a teoria a problemas específicos, desenvolver técnicas não só de coleta como também de análise e interpretação de dados para se chegar a conclusões significativas no trabalho.

Isto sem falar nas Home pages, nos blogs, e em toda produção independente que circula pelas redes virtuais, localizadas ou mundializadas, como a Internet. Se temos familiaridade com a navegação virtual (e se não temos ainda, precisamos começar o mais rápido possível a aprender) podemos nos comunicar com o mundo e conseguir as mais variadas e ricas informações possíveis, que sejam de interesse para a pesquisa ou trabalho que estamos realizando.

Conclusão

Quando pretendemos estudar a História da Educação de um lugar, precisamos em primeiro lugar procurar as instituições arquivo existentes que possam ter relação com Educação e nelas, localizar o acervo documental, fotográfico, iconográfico, magnético, etc. de interesse. Fazer uma ampla revisão bibliográfica nas bibliotecas do lugar, identificando livros, artigos de

revistas e/ou jornais que sejam pertinentes, consultando os romances de autores locais ou sobre a vida local, etc. E ainda também "construir" um acervo próprio, através de um programa de história oral que resgate a memória de educadores e pessoas envolvidas com o ensino, e a registre não só sobre suporte papel como também suporte magnético que nos permita formar Bancos de Dados acessíveis a todos os interessados.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALCÂNTARA, Divaldo. **Manual de Arquivos Municipais.** Salvador: secretaria da Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado, 1998. 92 p. XIV Anexos e Glossário.

ALMEIDA, Antonio da Rocha. **Dicionário de história do Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1970. 533 p.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889).** Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC / Brasília: INEP/MEC, 1989. 365 p.

AMARAL, José Alvares ."Resumo chronologico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500" escrito em 1880, revisto e anotado por J,Teixeira Barros in *Revista Do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 47, 1921-1922, p. 71-559.

ASSOCIAÇAO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - Núcleo Regional de São Paulo. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** - Contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivistica em lingua portuguesa. São Paulo: CENADEM, l990. 163 p.

AZEVEDO,Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 406 p.

BAHIA. **Constituição e leis do Estado da Bahia** promulgadas em 1891 e 1892 sob nºs 1 a 10. Bahia: Typ. e encad. do "Diário da Bahia", 1892. 44p.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Bahia: Assembléia Legislativa do Estado, 1935. 49 p.

BAHIA. **Constituição Estadual.** BAHIA: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1947. 94 p.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial, 1967. 35p

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Emenda Constitucional nº 2, de 29 de novembro de 1969. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1980. 36 p.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Salvador:Empresa Gráfica da Bahia,1989.152 p.

BAHIA. Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991.** 2ª tiragem. Salvador: Assembléia Legislativa, 1997. 384 p. ilustr.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental.** S.Paulo: T.A.Queiroz, 1991. 198 p.

BOURGUIERE, André (org.) **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad.de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro : Imago,1993. 776 p.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros.** Rio de Janeiro: Forense Universitária / Instituto Estadual do Livro 1977.279 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MACHADO, Helena Corrêa. **Diretrizes para a modernização dos Arquivos Municipais.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional S.P./ CENADEM, 1990. 44 p.

CASTRO, Renato Berbert de. **Os vice-presidentes da província da Bahia.** Salvador : Fundação Cultural do Estado, 1978. 139p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes.** Belo Horizonte: HG Edições, 1999. 210 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação.** Campinas,S.P: Autores Associados / Bragança Paulista, S.P.: Universidade São Francisco, 2000. 160 p. (Col. Memória da Educação)

GASMAN, Lydinéa. **Documentos Históricos Brasileiros**. Rio de Janeiro: FENAME, 1976. 302p.

MATTOSO, Kátia M.de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma província no Império.** Rio: Nova Fonteira, 1992. 747p.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.) **Práticas de memória docente.** São Paulo: Cortez, 2003. 183 p. (Col.Cultura, Memória e Currículo)

MILTON, Aristides A. **Ephemerides Cachoeiranas.** Salvador:UFBa,1979. 419 p.(Coleção Cachoeira;1)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - ARQUIVO NACIONAL. **Organizações e programas ministeriais. Regime parlamentar no Império.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. 469 p.

MOTT, Luiz Roberto de Barros.[A Etnodemografia histórica e o problema das fontes documentais para o estudo da população de Sergipe na 1ª metade do século XIX] in **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986, 204 p. (p.105- 134)

NAGEL, Rolf (Org.). **Dicionário de termos arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Bonn: Fundação para o Desenvolvimento Internacional / Salvador: EBD/UFBa, 1989. 110p.

NOVISNKI, Anita. **Cristãos novos na Bahia:1624-1654.** São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1972. 238 p. (col.Estudos;9).

NUNES, Antonietta de Aguiar. "Diversos grupos negros africanos que vieram para a Bahia desde o sec. XVI" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileir*o, Rio de Janeiro, vol. 150 nº 364, julho/ setembro 1989, p. 380-409.

_____. **Dicionário de Documentação**. Salvador: Escola de Biblioteconomia e Documentação, 1990. 395 p. (mimeo, em preparo para publicação).

NUNES, Antonietta de Aguiar *et alii*. "Terras Devolutas no Estado da Bahia Legislação complementar do sistema de sesmarias" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* Salvador, nº 89, 1991, p. 153-172.

NUNES, Antonietta de Aguiar. "Valor Histórico do Documento" in *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, a.153, nº 374, jan/mar 1992a, pp 19-46.

_____. "O processo da independência na Bahia" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* Salvador, nº 90, 1992b. p 211-223.

_____. "Automação de Arquivos: aspectos e considerações", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, ano 156, nº 386, jan/mar 1995 p.115-132.

_____."Reminiscências da capitania de Paraguaçu: memória histórica de Jaguaripe nos secs. XVI e XVII" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* Salvador, nº 92, jan/dez 1996, p 267-286.

_____. "Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* Salvador, nº 93, jan/dez 1997, pp 165-203.

_____. "A bipolaridade da educação jesuítica na Bahia colonial", in *Revista da Academia Baiana de Educação* Salvador, Vol.1 n. 5, setembro de 1997a p.53-59

_____. "As reformas educacionais na província da Bahia durante o Império brasileiro" in Revista *Gestão em Ação,* Salvador, v.2,nº 1, jan/jun 1999a, pp 73-98.

_____. "A formação oficial de professores na Bahia imperial" in *Revista da FACED* Salvador, nº 2 – junho de 1999b pp121-139

_____. "A reforma da educação baiana em 1881: o Regulamento Bulcão" in Revista *Gestão em Ação*, Salvador, v.2,nº 2, jul/dez 1999c, pp. 71-83. (e também nos Anais do IV Congresso de História da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia/Fundação Gregório de Matos, 2001, pp 751-766).

_____. “Política educacional na Bahia por ocasião da implantação da República: dois projetos em conflito, 1889-1895” in *Revista ESTUDOS ACADÊMICOS*, Ano 2 nº 1. Salvador: Faculdade Ruy Barbosa, jan/jun 2000(a), pp. 31-38.

_____. “O arquivista frente às novas tecnologias e novas organizações administrativas da informação” [*on line*] em INQUICE, Revista de Cultura, Salvador Bahia: UFBa, Centro de Estudos Afro Orientais, Maio 2000(b). Available from World Wide Web http://www.inquice.ufba.br/02

_____. “Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa” in *Revista da FACED* Salvador, nº 4, 2000(c), pp. 11-25.

_____. “O primeiro projeto de reforma educacional republicana na Bahia: os atos de Manuel Vitorino Pereira” in Revista *ENSAIOS – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, vol. 8 nº 28 jul/set 2000(d) pp. 373-395.

_____. “Centenário de elevação da primeira vila do Recôncavo baiano (Jaguaripe) a cidade” no nº 95 da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Salvador, 2000 (e) pp. 153-196

_____. “O início da república na Bahia: surpresa, tensões, acomodações” in MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia republicana – governadores e interventores.** Salvador: UCSal, 2000(f) pp. 23-8. (Capítulo de livro)

_____. “O primeiro governador da Bahia Republicana e seu projeto de reforma educacional” em MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia republicana – construindo a nossa história recente.** Salvador: UCSal, 2001(a) pp. 45-56. (Capítulo de livro)

_____. “A contenção dos ideais republicanos em educação na Bahia: a reforma Sátiro Dias de 1890” in *Revista da Academia Baiana de Educação*,vol. 2 nº 7, setembro de 2001(b), pp 15-19. Publicado também nos Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, em CD.

_____. “Educação na Bahia durante a primeira República” in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 96, 2001c, 219-252

_____. “A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias” in Revista *Gestão em ação* v. 4 nº 2, jul-dez 2001d pp. 33-47.

_____. “O governo do primeiro `presidente´ do Estado federado da Bahia: Manuel Vitorino Pereira, de 23 de novembro de 1889 a 25 de abril de 1890” in *Revista da Fundação Pedro Calmon*, Salvador, Ano VI, nº 6, 2001e, pp. 63-96.

NUNES, Antonietta de Aguiar e MARQUES, Caio Tourinho. “O Ginásio São Salvador: primeiras décadas de ensino (1885-1905)”, in Anais do IV Congresso de História da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia / Fundação Gregório de Matos, 2001, pp 767-778.

NUNES, Antonietta de Aguiar. “A tentativa de universalização do ensino básico na Bahia com a proclamação da república” in *Revista da FACED,* Salvador nº 5, jan-jun 2002a, pp. 91-105.

_____. "A Instrução Pública nas leis orçamentárias provinciais baianas: 1835-1889" trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação em Natal, RGN, em novembro de 2002b; publicado na íntegra em CD nos Anais do Congresso.

_____. “Bispos e Arcebispos da Bahia no tempo do Padroado” in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* Salvador, n. 97, 2002c, pp. 23-60.

_____. “Política educacional do segundo governo republicano na Bahia (1890)” in Revista *Gestão em ação* v. 5, jul/dez 2002d, pp. 111-126. Publicado também nos Anais do XX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, Salvador, novembro 2001 em CD

_____. “A reforma da educação secundária de 1890 no governo Virgílio Damásio” 16 p. Trabalho apresentado no Seminário Educação e contemporaneidade na nova ordem mundial organizado pelo Mestrado em Educação da UNEB em Salvador, de 19 a 22 de novembro de 2002(e), a ser publicado no próximo nº da *Revista da Academia Baiana de Educação*

_____. “A educação na Bahia durante os governos de D. Maria I e de D. João, seu filho (1777-1821)”, trabalho apresentado ao XVI EPENN realizado em São Cristóvão, Sergipe, de 10 a 13 de junho de 2003, publicado na íntegra em CD nos Anais do XVI EPENN.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal.** Salvador: Faculdade de Educação da UFBa, 2003. 2 vols. 541 p. (Tese apresentada para obtenção do título de Doutor; aprovada com distinção em 22/07/2003)

OSÓRIO,Ubaldo. **A ilha de Itaparica - História e Tradição.** IV ed. rev. e ampl. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 564 p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. 162p.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835).** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 294 p.

RUY, Affonso. **História Política e Administrativa da Cidade do Salvador.** Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. 664 p.

_____. **História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador.** 2a ed. Salvador: Câmara Municipal, 1996. 382 p.

SALGADO, Graça (coord.) **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Brasília: INL, 1985. 452 p.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992. 235 p.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe – o clero oitocentista na Bahia.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia / EDUFBa, 2000. 500 p.

SILVA, Jaime Antunes da/ ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura e FONSECA, Vítor Manuel Marques da. **Dicionário de Termos Arquivisticos.** Subsídios para uma terminologia brasileira - versão preliminar Rio de Janeiro: Arquivo Nacional,1990. 74 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Ed. da UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Fontes para o estudo da Educação no Brasil – Bahia.** 2ª ed. Salvador: UNEB, 2001/2002. 500 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias, ANDRADE, Maria José de Souza e TEIXEIRA, Marli Geralda. **Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia no período republicano, 1889-1983.** Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985. 465 p.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da Província da Bahia**: Efetivos e Interinos, 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861 p.